

A EDUCAÇÃO ESCOLAR APINAYÉ BILÍNGUE E INTERCULTURAL: UM ESTUDO SOCIOLINGUÍSTICO DAS ALDEIAS SÃO JOSÉ E MARIAZINHA¹

ALMEIDA, Severina Alves de (SISSI)
Universidade de Brasília UnB
Universidade Federal do Tocantins UFT
sissi@uft.edu.br

Resumo: Neste artigo apresentamos resultados de uma pesquisa sobre a educação escolar Apinayé na perspectiva bilíngue e intercultural e a situação sociolinguística dos indígenas habitantes da região norte do Estado do Tocantins. O estudo se deu nas aldeias São José e Mariazinha, considerando os usos e funções das línguas materna e portuguesa, de acordo com os domínios sociais das comunidades. Os dados, gerados quantitativamente, foram coletados mediante aplicação de questionário sociolinguístico e entrevistas. Os resultados constatarem que o Bilinguismo Apinayé/Português e a Interculturalidade são práticas pedagógicas agregadas às atividades docentes. Tais práticas refletem os aspectos sociolinguísticos e culturais próprios desse povo e se apresentam incorporados aos conteúdos curriculares nos anos iniciais do Ensino Fundamental uma vez que o material de apoio pedagógico utilizado na condução das aulas foi produzido pelos próprios indígenas, em sua Língua Materna e em Português. Verificamos também que apesar de do uso e função da língua portuguesa ter atingido domínios sociais exclusivamente indígenas, os Apinayé estão preservando seus aspectos socioculturais e linguísticos, e sua identidade étnica.

Palavras chave: Educação Intercultural; Situação Sociolinguística; Bilinguismo; Apinayé.

1 Introdução

Quando falamos em Bilinguismo imediatamente nos advém à idéia de que numa sociedade existem sujeitos com competência para se comunicar em duas línguas. Em relação à interculturalidade, o quadro é quase o mesmo, ou seja, se pressupõe que duas ou mais culturas estão de alguma forma se relacionando. Tanto numa situação quanto na outra existe um campo de convergência que imbrica para a questão a interculturalidade. O diferencial está no contexto em que ocorre cada uma dessas manifestações.

A categoria “Escola Indígena”, que baliza esse nosso estudo, tem no binômio “Bilingüismo e interculturalidade” sua mais expressiva identidade. Agregada a essa “Escola Indígena”, se sobrepõe a interculturalidade, considerada por alguns teóricos, por exemplo, Paula (1999), Maher (2006), Grupioni (2006), como condição primordial para que seja respeitada a especificidade da educação escolar indígena, sendo os fenômenos “Bilingüismo” e “interculturalidade” elementos constitutivos dessa educação que se pretende diferenciada”.

¹ Este texto é uma versão reduzida e adaptada do Cap. III da Dissertação de Mestrado: “A Escolar Apinayé na Perspectiva Bilíngue e Intercultural: Um Estudo Sociolinguístico das Aldeias São José e Mariazinha”. (ALMEIDA, 2011).

No tocante à Sociolinguística, Bauer (2011), informa que esta se preocupa com as relações entre linguagem e sociedade, e se concentra em perceber como a linguagem é utilizada pelo indivíduo e por grupos de falantes no seu contexto social. Sendo assim, a Língua assume o contorno de um sistema que segue a evolução da sociedade, refletindo, *a priori*, os padrões de comportamento que variam em função do tempo e do espaço. Todavia, é possível que certas posturas sociais ou manifestações do pensamento sejam influenciadas pelas características que a Língua da comunidade apresenta. Bakhtin (1988) sustenta que a linguagem é um fenômeno eminentemente social que se processa na e pela interação entre dois ou mais interlocutores.

2. Educação Bilíngue e Intercultural

O que vem a ser uma “Educação Bilíngue e Intercultural”, e como ela se manifesta? Inicialmente é importante que se distinga “Bilinguismo” de “Educação Bilíngue”. Para Saunders (1988:8) "Bilinguismo simplesmente significa possuir duas línguas" ². Segundo Quadros (1999) o Bilinguismo é uma proposta de ensino usada por escolas que se propõem a tornar acessível à criança duas línguas no contexto escolar. Esse conceito mais geral de Bilinguismo é determinado pela situação sócio-cultural da comunidade como parte do processo educacional. O Bilinguismo atravessa a fronteira linguística e inclui o desenvolvimento da pessoa dentro da escola e fora dela, numa perspectiva sócio-cultural.

A Educação Bilíngue é aquela que ocorre simultaneamente em duas línguas, sendo uma a língua materna e a outra, uma segunda língua. Dessa forma, a educação indígena Apinayé é bilíngue desde que se efetiva um ensino na língua indígena (materna) e em português. Para Harmers e Blanc (2000:189) a Educação Bilíngue pode ser entendida como “qualquer sistema de educação escolar no qual, em dado momento e período, simultânea ou consecutivamente, a instrução é planejada e ministrada em pelo menos duas línguas”. E uma educação intercultural? É aquela que se desenvolve num ambiente onde interagem diferentes culturas ou, segundo Grupioni (2002:87), “é uma educação onde se faz presente a diversidade de culturas e a riqueza de conhecimentos, saberes e práticas a elas associadas”.

Segundo Ouellet (1991) o conceito de educação intercultural designa toda a formação sistemática que visa a desenvolver melhor compreensão das culturas nas sociedades modernas; maior capacidade de comunicação entre pessoas de culturas diferentes; atitudes

² SAUNDERS, George. Bilingual children: From birth to teens. England: Multilingual Matters, (1988). – Tradução Almeida,

mais adaptadas ao contexto da diversidade cultural, através da compreensão dos mecanismos psicossociais e dos fatores sociopolíticos capazes de produzir racismo; maior capacidade de participar na interação social, sendo esta vista como criadora de identidades e promotora de sentido de pertença comum à humanidade.

Podemos dizer que a educação intercultural, enquanto instrumento que nos ajuda a interferir e a intervir no mundo que nos rodeia, inscreve-se numa perspectiva mais ampla, como é o caso da educação para a cidadania, onde a coesão social aparece associada à valorização da diversidade. As iniciativas que promove correspondem a cinco preocupações e/ou valores: coesão social (procura de uma pertença coletiva); aceitação da diversidade cultural; igualdade de oportunidades e equidade; participação crítica na vida democrática; preocupação ecológica (Ouellet, 2002). Já Banks (1993) define-a como uma ideia, um movimento de reforma educativa e um processo, cujo objetivo é a mudança estrutural das instituições educativas de modo que os alunos de diversas etnias e grupos culturais venham a ter oportunidades iguais para alcançarem o sucesso escolar. Na medida em que a educação intercultural se constitui como um instrumento para que todos os alunos possam realizar o seu potencial, Banks também lhe chama de educação para a liberdade.

Com efeito, quando falamos de educação intercultural, estamos nos referindo a um conjunto de dimensões presente nos múltiplos contextos educacionais que, preferencialmente, devem permear a escola como um todo e a vida social no seu conjunto. Segundo Banks (1993), a educação ou é intercultural ou não é uma boa educação, de sorte que a interculturalidade envolve, em última análise, um movimento e um processo de conscientização pessoal e de criação de novas oportunidades de inclusão para todos.

Nesse sentido, Henriques et. alli (2007) assinalam que a interculturalidade considera a diversidade cultural no processo de ensino e aprendizagem e, sendo assim, a escola deve trabalhar com os valores, saberes tradicionais e práticas de cada comunidade e garantir o acesso a conhecimentos e tecnologias da sociedade envolvente relevantes para o processo de interação e participação cidadã na sociedade majoritária. Com isso, as atividades curriculares devem ser significativas e contextualizadas às experiências dos estudantes e de suas comunidades.

Outra constatação importante feita por Henriques et. alli (Idem), é que as escolas indígenas se propõem a ser espaços interculturais, onde se debatem e se constroem conhecimentos e estratégias sociais sobre a situação de contato e, sendo assim, podem ser conceituadas como escolas de fronteira - espaços públicos em que situações de ensino e aprendizagem estão relacionadas às políticas identitárias e culturais de cada povo indígena.

Portanto, a educação escolar indígena problematiza enfaticamente a relação entre sociedade, cultura e escola, reassociando a escola a todas as dimensões da vida social, e estabelecendo novos sentidos e funções a partir de interesses e necessidades particulares a cada sociedade indígena. Assim, a escola indígena será específica a cada projeto societário; e diferenciada em relação a outras escolas, sejam de outras comunidades indígenas, sejam das escolas não indígenas.

Com efeito, o direito a uma educação intercultural para as sociedades indígenas é contemplado também na esfera internacional, evidenciado através de instrumentos jurídicos. Sobre isso Grupioni assim se manifesta:

[...] Uma série de instrumentos e convenções internacionais estabeleceram princípios relativos ao reconhecimento ao respeito e à valorização dos modos de vida e das visões de mundo de grupos minoritários que precisam ser reconhecidos e levados em consideração pelas políticas públicas voltadas à oferta de programas educacionais em áreas indígenas e pelos técnicos governamentais responsáveis por sua implementação. Conhecer esses instrumentos estudá-los, compreendê-los e torná-los efetivos como parâmetros que podem subsidiar e gerar novas práticas é tarefa urgente, tanto para os povos indígenas no Brasil quanto para os técnicos governamentais responsáveis por sua proteção e assistência. O primeiro passo é conhecê-los (GRUPIONI 2001:91).

Percebe-se, assim, o caráter de política pública que assume a educação ofertada aos povos indígenas, cabendo ao Estado levar a essas comunidades os avanços advindos de pactos e conferências internacionais que contemplam reivindicações importantes aclamadas por etnias espalhadas mundo afora; promovendo e ratificando um diálogo entre os indígenas das diferentes nações e as demais sociedades, ao mesmo tempo em que se exercita a experiência inquietante da alteridade.

Referindo-se às conquistas educacionais alcançadas pelos povos indígenas no Brasil, Lopes da Silva (2001) constata que estas são inegáveis. Entretanto, ela admite que exista uma distância considerável separando a escola rural ou missionária e catequética, presente entre os povos indígenas ainda no século XX, do reconhecimento oficial e legal da especificidade da escola e da educação escolar indígena, defendidas como necessárias e legitimamente diferenciadas em relação às demais escolas brasileiras. Segundo a autora, essas conquistas são largamente contempladas em deferentes instâncias legais, desde que os povos indígenas brasileiros têm:

[...] no plano jurídico, o reconhecimento ao direito, à diferença sociocultural e à valorização de suas línguas, modos e concepções; no plano político, o surgimento de associações locais ou regionais de professores índios, que realizam encontros de trabalho, discussão, reciclagem e revisão crítica de sua atuação. [...] no plano pedagógico, a criação de escolas indígenas autônomas, mas reconhecidas pelo sistema nacional de educação, tendo regimento, currículo e pedagogia próprios, defendidos de acordo com as particularidades de cada situação local, por obra do trabalho de professores e comunidades indígenas, e os cursos específicos de formação de professores índios (LOPES DA SILVA 2001:103-4).

Entretanto um aparato jurídico e normativo, por mais abrangente que seja não é garantia efetiva de uma educação diferenciada, intercultural e bilíngue para as sociedades indígenas brasileiras. Isso porque, em nossa pesquisa com os Apinayé, identificamos que os currículos encaminhados às escolas das aldeias são os mesmos utilizados nas escolas não indígenas e, portanto, descontextualizados de sua realidade. Constatamos também que os professores não índios enfrentam a barreira linguística, tendo que lecionar falando numa língua que não é compreendida pela imensa maioria dos alunos. Não bastasse isso, existe o fato dos alunos indígenas serem obrigados a se submeter a avaliações externas de abrangência nacional, atendendo às exigências corporativas, consequência das políticas neoliberais presentes em todo sistema educativo brasileiro, comprometendo a interculturalidade, razão de ser das escolas indígenas.

Nessa perspectiva, Lopez e Sichra (2007:110) sustentam que a Educação Bilingue e Intercultural não pode ser entendida como um modelo rígido, que tenha que ser aplicado de forma padronizada. Antes, deve se apresentar como uma estratégia educativa que deve ser adequada e diferenciada, em sua execução, às características sociolinguísticas e socioculturais dos educandos e de suas comunidades. Sua flexibilidade e sua abertura também estão relacionadas com a importância da participação indígena na construção de propostas educativas, especialmente no aspecto cultural. Para isso é preciso incorporar visões e conhecimentos tradicionais e depois estabelecer pontes para o diálogo e a interação com a sociedade nacional, com suas visões e conhecimentos.

3 A Situação Sociolinguística dos Apinayé de São José e Mariazinha

Os Apinayé são um povo indígena que habita na região norte do Brasil desde a primeira metade do século XVII, em terras localizadas no então Estado de Goiás, atual Estado do Tocantins (ALBUQUERQUE, 2011). Falam a língua Apinayé, pertencente ao Tronco

Macro-Jê e à Família Linguística Jê (RODRIGUES, 1986). Dados do relatório técnico da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA, 2010) informam que a população Apinayé atual é de aproximadamente 1847 indígenas, distribuídos em 24 (vinte e quatro) aldeias.

De acordo com Almeida (2011), os Apinayé estão localizados entre o rio Tocantins e o Baixo Araguaia, estendendo-se para o sul, ultrapassando esses limites pelo lado do Noroeste. Nimuendaju (1983) e Da Matta (1976) informam que a tradição Apinayé não confirma se essa área por eles ocupada teve anteriormente outros habitantes, porém são unânimes em afirmar que a Noroeste da aldeia Gato Preto encontram-se muitos fragmentos de louças, alguns com ornamentos plásticos, à superfície da terra, o que comprova que este lugar foi povoado por Indígenas de outra cultura. Ladeira e Azanha (2003) afirmam que os Apinayé nunca deixaram de habitar a região compreendida pela confluência dos rios Araguaia e Tocantins, cujo limite meridional era dado, até o início do século XX, pelas bacias dos rios Mosquito (no divisor de águas do rio Tocantins) e São Bento (no rio Araguaia).

Nessa perspectiva, a seguir, descrevemos e analisamos dados da nossa pesquisa sobre a atitude dos Apinayé em relação às Línguas em contato, Apinayé e Português, buscando avaliar quais são as funções dessas Línguas de acordo com os domínios sociais, dentro das aldeias, e em diferentes interações intragrupo e intergrupo, identificando, nas variáveis extralinguísticas idade e gênero, fatores que podem contribuir para um entendimento mais seguro acerca de quem fala qual Língua, onde e quando, no cotidiano das comunidades de São José e Mariazinha. A pesquisa se deu nas seguintes faixas etárias: 8 a 12, 13 a 18, 19 a 39, 40 anos e mais, pertencentes aos gêneros feminino e masculino, com o propósito de apresentar os aspectos da situação sociolinguística dos Apinayé, levando em consideração os seguintes domínios sociais: escola, família, relações sociais, trabalho, religião, vizinhança e eventos culturais. Reiteramos que as duas comunidades pesquisadas possuem uma população de 718 pessoas, sendo 461 na aldeia São José e 257 na Mariazinha (FUNASA, 2010). O universo da amostragem foi de 20% dos habitantes da cada aldeia. Na São José foram escolhidos 90 participantes, sendo 49 do gênero masculino (54%) e 41 do feminino (46%). Já na Mariazinha o total foi de 55 pessoas, 20 homens (36%) e 35 mulheres (64%).

3.1 Uso das Línguas de acordo com os Domínios Sociais Apinayé

Os dados de nossa pesquisa informam que a Língua Apinayé não só é a primeira adquirida, como é também a mais falada pelos Apinayé nas relações intragrupo. Esses indígenas só falam Português com os não indígenas. Mesmo quando estão falando com

alguém em Português, e chega outro indígena, em nenhum momento deixam de usar sua Língua Materna. Ademais, durante nossa pesquisa, constatamos outras situações em que os Apinayé preferem falar em sua Língua Materna em vez da Língua Portuguesa. Por exemplo, uma mulher Apinayé, que tem uma neta casada com não indígena, residente em Tocantinópolis, dirige-se ao esposo da neta em Português e, aos demais, em Apinayé, inclusive com os outros filhos do casal que dominam tanto a Língua Materna quanto a Língua Portuguesa. Tal situação evidencia que os Apinayé de São José e Mariazinha falam somente a Língua Materna nas interações intragrupo, e em Português nas relações intergrupo.

Para demonstrar detalhadamente cada um destes aspectos, apresentaremos tabelas, cujos dados confirmam as situações de usos e as funções das Línguas Materna e Portuguesa nos domínios sociais Apinayé. O discurso desses indígenas dá destaque à Língua Indígena como veículo de transmissão da cultura, da educação, das leis, da preservação de seus aspectos históricos, e de toda sua organização social, ou seja, de elementos fundamentais na formação de sua identidade enquanto sociedade. Para os Apinayé, a valorização da escola pelos professores, pela comunidade, pelos anciões é um requisito básico para a valorização e manutenção de sua cultura e de sua Língua.

3.1.1 Línguas usadas no Domínio Social “Família”

TABELA 01: Aldeia São José - Língua falada com os adultos em casa - gênero masculino

Gênero	FAIXA ETÁRIA				Total	%
	8-12	13-18	19-39	40 e mais		
Masculino						
Apinayé	5	17	14	7	43	88
Português	-	2	-	-	2	4
Ambas	-	-	-	4	4	8
Total	5	19	14	11	49	100

TABELA 02: Aldeia São José - Língua falada com os adultos em casa – gênero feminino

Gênero	FAIXA ETÁRIA				Total	%
	8-12	13-18	19-39	40 e mais		
Feminino						
Apinayé	8	16	11	4	39	96
Português	-	1	1	-	2	4
Ambas	-	-	-	-	-	-
Total	8	17	12	4	41	100

TABELA 03: Aldeia Mariazinha - Língua falada com os adultos em casa - gênero masculino

Gênero Masculino	FAIXA ETÁRIA				Total	%
	8-12	13-18	19-39	40 e mais		
Apinayé	1	2	7	2	12	60
Português	-	-	-	-	-	-
Ambas	-	4	3	1	8	40
Total	1	6	10	3	20	100

TABELA 04: Aldeia Mariazinha - Língua falada com os adultos em casa – gênero feminino

Gênero Feminino	FAIXA ETÁRIA				Total	%
	8-12	13-18	19-39	40 e mais		
Apinayé	6	8	10	3	27	77
Português	-	-	-	-	-	-
Ambas	-	7	1	-	8	23
Total	6	15	11	3	35	100

Os dados demonstram que a Língua Portuguesa está cada vez mais ocupando os domínios sociais familiares da aldeia e Mariazinha. A constatação de que 40% dos homens e 23% das mulheres dessa comunidade falam ambas as Línguas, Apinayé e Português em casa com os adultos, contra apenas 12% dos homens e 4% das mulheres da comunidade São José, demonstra que essas comunidades têm peculiaridades importantes em relação à manutenção e preservação de suas identidades linguísticas e culturais, e provavelmente os casamentos entre indígenas e não indígenas seja o fator que mais contribui para que isso ocorra.

TABELA 05: Aldeia São José - Língua falada em casa com as crianças - gênero masculino

Gênero Masculino	FAIXA ETÁRIA				Total	%
	8-12	13-18	19-39	40 e mais		
Apinayé	5	18	14	10	48	96
Português	-	1	-	1	1	4
Ambas	-	-	-	-	-	-
Total	5	19	14	11	49	100

TABELA 06: Aldeia São José - Língua falada em casa com as crianças - gênero feminino

Gênero Feminino	FAIXA ETÁRIA				Total	%
	8-12	13-18	19-39	40 e mais		
Apinayé	7	17	12	4	40	98
Português	1	-	-	-	1	2
Ambas	-	-	-	-	-	-
Total	8	17	12	4	41	100

TABELA 07: Aldeia Mariazinha - Língua falada com as crianças - gênero masculino

Gênero	FAIXA ETÁRIA				Total	%
	8-12	13-18	19-39	40 e mais		
Masculino						
Apinayé	1	2	7	3	13	65
Português	-	-	-	-	-	-
Ambas	-	4	3	-	7	35
Total	1	6	10	3	20	100

TABELA 08: Aldeia Mariazinha - Língua falada em casa com as crianças – gênero feminino

Gênero	FAIXA ETÁRIA				Total	%
	8-12	13-18	19-39	40 e mais		
Feminino						
Apinayé	6	9	10	3	28	80
Português	-	-	-	-	-	-
Ambas	-	6	1	-	7	20
Total	6	15	11	3	35	100

Notadamente, na comunidade de Mariazinha, 35% dos informantes masculinos e 20% femininos falam em casa com as crianças ambas as Línguas, Materna e Portuguesa, enquanto em São José apenas 4% dos homens e 2% das mulheres, falam em Português. Essa situação nos permite afirmar que no domínio social família da aldeia Mariazinha a Língua Portuguesa vem sendo usada com muita frequência, e dentre os motivos destacamos as famílias constituídas por pessoas indígenas e não indígenas. Outros fatores também são importantes, como as missões evangélicas (nesta aldeia tem uma congregação), as relações comerciais e as agências de contato. Além disso, temos a proximidade com algumas cidades, por exemplo, Tocantinópolis, onde diariamente existe um fluxo de pessoas impulsionado por diferentes motivos, como escola, compras, serviços de saúde, entre outros.

TABELA 09: - Aldeia São José - Língua usada na vizinhança – Gênero masculino

Gênero	FAIXA ETÁRIA				Total	%
	8-12	13-18	19-39	40 e mais		
Masculino						
Apinayé	5	19	13	10	47	96
Português	-	-	-	-	-	-
Ambas	-	-	1	1	2	4
Total	5	19	14	11	49	100

TABELA 10: - Aldeia São José - Língua usada na vizinhança – gênero feminino

Gênero	FAIXA ETÁRIA				Total	%
	8-12	13-18	19-39	40 e mais		
Feminino						
Apinayé	8	16	11	4	39	96
Português	-	-	1	-	1	2
Ambas	-	1	-	-	1	2
Total	8	17	12	4	41	100

TABELA 11: - Aldeia Mariazinha - Língua usada na vizinhança- gênero masculino

Gênero	FAIXA ETÁRIA				Total	%
	8-12	13-18	19-39	40 e mais		
Masculino						
Apinayé	-	3	5	2	10	50
Português	-	-	-	-	-	-
Ambas	1	3	5	1	10	50
Total	1	6	10	3	20	100

TABELA 12: - Aldeia Mariazinha - Língua usada na vizinhança – gênero feminino

Gênero	FAIXA ETÁRIA				Total	%
	8-12	13-18	19-39	40 e mais		
Feminino						
Apinayé	6	6	9	2	23	66
Português	-	2	-	-	2	6
Ambas	-	7	2	1	10	29
Total	6	15	11	3	35	100

Como podemos constatar pelos dados acima descritos, a Situação Sociolinguística dos Apinayé da comunidade de São José, avaliada pela Língua usada para falar com pessoas da mesma idade na vizinhança, é bem diferente do que ocorre na comunidade de Mariazinha. Enquanto na aldeia São José prevalece o uso da Língua Materna, na Mariazinha é expressivo o número de pessoas, de ambos os sexos e diferentes faixas etárias, que dizem usar as duas línguas nos eventos de interação cotidiana com seus pares indígenas, principalmente entre os homens, pois 50% usam a Língua Materna e 50% a Língua Portuguesa. Esta situação nos leva a reafirmar que os casamentos entre Apinayé e não indígenas e a religião evangélica são fatores determinantes para que isso ocorra. No caso da aldeia São José, o que se constata pelos dados apresentados, é que essa comunidade vem ao longo dos anos de contato com a sociedade não-indígena, tentando manter vivas a Língua e a cultura de seus ancestrais, e um dos procedimentos utilizados é a prática de casamentos apenas entre casais indígenas de sua etnia.

3.1.2 Línguas usadas no Domínio Social “Trabalho”

TABELA 13: Aldeia São José - Língua usada no trabalho para falar com os colegas - gênero masculino

Gênero	FAIXA ETÁRIA				Total	%
	8-12	13-18	19-39	40 e mais		
Masculino						
Apinayé	5	17	6	9	37	76
Português	-	2	1	-	3	6
Ambas	-	-	7	2	9	18
Total	5	19	14	11	49	100

TABELA 14: Aldeia São José - Língua usada no trabalho para falar com os colegas – gênero feminino

Gênero	FAIXA ETÁRIA				Total	%
	8-12	13-18	19-39	40 e mais		
Feminino						
Apinayé	8	15	9	3	35	86
Português	-	-	1	-	1	2
Ambas	-	2	2	1	5	12
Total	8	17	12	4	41	100

TABELA 15: Aldeia Mariazinha - Língua usada no trabalho para falar com os colegas - gênero masculino

Gênero	FAIXA ETÁRIA				Total	%
	8-12	13-18	19-39	40 e mais		
Masculino						
Apinayé	-	1	3	2	6	30
Português	-	-	-	-	-	-
Ambas	1	5	7	1	14	70
Total	1	6	10	3	20	100

TABELA 16: Aldeia Mariazinha - Língua usada no trabalho para falar com os colegas – gênero feminino

Gênero	FAIXA ETÁRIA				Total	%
	8-12	13-18	19-39	40 e mais		
Feminino						
Apinayé	5	7	8	2	22	63
Português	1	-	-	-	1	3
Ambas	-	8	3	1	12	34
Total	6	15	11	3	35	100

O que se apreende da análise dos dados acima, é que no domínio social trabalho, nas relações intergrupo, os Apinayé da aldeia São José agem diferentemente da comunidade Mariazinha. Enquanto na São José 24% da população masculina e 14% da feminina pesquisada usam a Língua Portuguesa ou ambas, para se comunicar com seus colegas no trabalho, em Mariazinha 70% dos homens afirmam usarem ambas, e 36% das mulheres usam o Português e ambas. Possivelmente isso ocorre nesta aldeia devido às relações comerciais de sua população masculina com não indígenas, principalmente com os habitantes de Tocantinópolis, com a qual os Indígenas negociam, em maior quantidade, a amêndoa do babaçu na indústria Tobasa.

TABELA 17: Aldeia São José - Língua usada no trabalho com o Superior - gênero masculino

Gênero	FAIXA ETÁRIA				Total	%
	8-12	13-18	19-39	40 e mais		
Masculino						
Apinayé	5	15	7	7	34	70
Português	-	4	5	-	9	18
Ambas	-	-	2	4	6	12
Total	5	19	14	11	49	100

TABELA 18: Aldeia São José - Língua usada no trabalho com o Superior – gênero feminino

Gênero	FAIXA ETÁRIA				Total	%
	8-12	13-18	19-39	40 e mais		
Feminino						
Apinayé	7	13	6	2	28	69
Português	-	3	2	-	5	12
Ambas	1	1	4	2	8	19
Total	8	17	12	4	41	100

TABELA 19: Aldeia Mariazinha - Língua usada no trabalho com o Superior- gênero masculino

Gênero	FAIXA ETÁRIA				Total	%
	8-12	13-18	19-39	40 e mais		
Masculino						
Apinayé	-	1	4	1	6	30
Português	-	3	4	2	9	45
Ambas	1	2	2	-	5	25
Total	1	6	10	3	20	100

TABELA 20: Aldeia Mariazinha - Língua usada no trabalho com o Superior – gênero feminino

Gênero	FAIXA ETÁRIA				Total	%
	8-12	13-18	19-39	40 e mais		
Feminino						
Apinayé	5	4	6	1	16	46
Português	-	8	3	1	12	34
Ambas	-	3	1	1	5	14
Nenhuma	1	-	1	-	2	6
Total	5	15	10	3	35	100

Conforme as tabelas de 17 a 20, nas duas aldeias pesquisadas as situações são bem distintas. Enquanto na São José a Língua Materna predomina nas relações de trabalho, nas interações com o superior, na Mariazinha a Língua Portuguesa, assim como o uso das duas Línguas é mais presente, possivelmente em função de que nesta aldeia as relações mantidas com a sociedade majoritária são mais sistemáticas. Como vimos afirmando ao longo de nosso trabalho, são muitos os casamentos entre Apinayé e não-indígenas, e também as agências de contato que contribuem para que seus habitantes convivam mais intensamente com os não indígenas e, por conseguinte, com a Língua Portuguesa na sua modalidade oral. Acrescente-se, que tanto na aldeia São José quanto na Mariazinha, há muitos servidores públicos, como professores, merendeiras, vigias e funcionários dos postos de saúde que interagem com maior frequência com as pessoas da sociedade majoritária.

No caso dos trabalhadores que são servidores públicos, todos estão lotados em suas respectivas aldeias, a serviço de sua comunidade, e quando estão trabalhando falam em Apinayé. Entretanto, em algumas situações, usam ambas as línguas, tal como em reuniões de

trabalho com a participação de servidores falantes de Português. Comunicam-se também nesta Língua com os administradores da FUNAI, com assessores de educação escolar e nas relações comerciais. Mas há Indígenas, principalmente jovens, que desempenham suas funções fora da aldeia, como é o caso de estudantes que fazem estágio na Caixa Econômica Federal em Tocantinópolis. Esta condição possibilita que os Apinayé, em suas relações de trabalho, tenham mais oportunidade de usar a Língua Portuguesa do que a Língua Apinayé.

Na aldeia São José todos os servidores públicos que prestam serviços nesta comunidade são indígenas, com exceção funcionários da FUNAI e dos professores não-indígenas que, no entanto, não moram na aldeia, onde permanecem apenas durante o horário de trabalho. Os outros docentes são indígenas e usam, na escola, ambas as Línguas, embora utilizem mais a Língua Materna. No quadro de funcionários dessa aldeia há funcionárias não-indígenas, que ocupam o cargo de auxiliar de enfermagem, e uma professora que responsável pela coordenação da escola. Na aldeia Mariazinha, no posto de saúde, os responsáveis são não-indígenas e o coordenador da escola também. Nesta aldeia também têm professores não indígenas que só interagem com os alunos e demais pessoas da comunidade na Língua Portuguesa.

Em nossa pesquisa constatamos que, fora os trabalhos desenvolvidos por força de cargos públicos, a grande maioria das atividades dos Apinayé é produtiva, está ligada à subsistência do grupo, e constituem ocasiões para o uso exclusivo da Língua Materna, ou seja, nas relações intragrupo, nas relações de trabalho dentro das aldeias, a Língua usada é Apinayé, principalmente na aldeia São José. Na aldeia Mariazinha, onde o uso da Língua Portuguesa é mais ostensivo, eles fazem uso desta quando se relacionam com os não-indígenas, ou de ambas, quando estão nas festas próprias da comunidade, e também nas famílias formadas por indígenas e não-indígenas. A divisão de trabalho desse povo tem seus critérios próprios. Enquanto os homens pescam, caçam, constroem suas casas, cultivam suas roças, as mulheres, além das suas tarefas domésticas, confeccionam artesanatos, colhem milho, feijão, frutas silvestres, etc. Em todas estas situações, o contato dos Apinayé da aldeia Mariazinha com a sociedade majoritária é bem mais intenso do que na São José.

3.1.3 Línguas usadas no Domínio Social “Igreja”

Conforme podemos constatar nas tabelas 21 a 24, os Apinayé costumam rezar em casa e na Igreja. Para Albuquerque (1999), a presença dos evangélicos é um aspecto decisivo para uma prática religiosa a partir da cultura não indígena. Em nossas observações do dia-a-dia das

comunidades pesquisadas, em suas casas, percebemos revistas sobre estudos da Bíblia, escritos em Português, principalmente voltados para crianças, adolescentes e jovens, e também a Bíblia escrita em Apinayé. Os habitantes das aldeias São José e Mariazinha acompanham também pela televisão programas de diferentes denominações evangélicas. Nas tabelas que se seguem podemos constatar a atitude dos Apinayé em relação à religião, em casa e na Igreja.

TABELA 21: Aldeia São José - Língua usada na Igreja quando reza - gênero masculino

Gênero Masculino	FAIXA ETÁRIA				Total	%
	8-12	13-18	19-39	40 e mais		
Apinayé	4	11	5	1	21	46
Português	-	8	5	-	13	26
Ambas	1	-	4	10	15	31
Total	5	19	14	11	49	100

TABELA 22: Aldeia São José - Língua usada na Igreja quando reza – gênero feminino

Gênero Feminino	FAIXA ETÁRIA				Total	%
	8-12	13-18	19-39	40 e mais		
Apinayé	3	6	5	3	17	41
Português	2	10	4	-	16	39
Ambas	3	1	3	1	8	20
Total	8	17	12	4	41	100

TABELA 23: Aldeia Mariazinha - Língua usada na Igreja quando reza - gênero masculino

Gênero Masculino	FAIXA ETÁRIA				Total	%
	8-12	13-18	19-39	40 e mais		
Apinayé	1	3	7	2	13	65
Português	-	-	2	-	2	10
Ambas	-	3	1	1	5	25
Total	1	6	10	3	20	100

TABELA 24: Aldeia Mariazinha - Língua usada na Igreja quando reza – gênero feminino

Gênero Feminino	FAIXA ETÁRIA				Total	%
	8-12	13-18	19-39	40 e mais		
Apinayé	5	6	7	2	20	57
Português	-	3	1	-	4	11
Ambas	1	6	3	1	11	31
Total	6	15	11	3	35	100

Conforme afirmamos anteriormente, os Apinayé das aldeias São José e Mariazinha costumam rezar. E esta reza é feita, preferencialmente, na Língua Materna. Porém, como

pudemos constatar, é expressivo o número de Indígenas das duas aldeias que rezam na Língua Portuguesa ou nas duas Línguas. Entretanto, e apesar da presença mais ostensiva dos evangélicos na aldeia Mariazinha, esta apresenta um índice superior à aldeia São José de homens e mulheres que rezam em Apinayé. Como se percebe, o Bilinguismo é uma realidade nas práticas religiosas dos habitantes femininos da aldeia Mariazinha, e está mais presente entre as mulheres de 13 a 18 anos, enquanto na aldeia São José, a maioria está entre os homens de 40 anos e mais. Todavia, os Apinayé se dividem entre os que rezam na Língua Materna e os que preferem rezar em ambas, e também na Língua Portuguesa. Segundo Grosjean (1999), geralmente pessoas Bilíngues rezam no idioma em que eles aprenderam esses comportamentos. E como a cultura desses povos agrega práticas religiosas tanto de sua comunidade quanto dos não indígenas, suas atitudes se dão nas duas Línguas que eles falam.

3.1.4 Línguas usadas nos eventos culturais

TABELA 25: Aldeia São José - Língua falada nos eventos culturais - gênero masculino

Gênero	FAIXA ETÁRIA				Total	%
	8-12	13-18	19-39	40 e mais		
Masculino						
Apinayé	5	18	12	8	43	88
Português	-	1	-	-	1	2
Ambas	-	-	2	3	5	10
Total	5	19	14	11	49	100

TABELA 26: Aldeia São José - Língua falada nos eventos culturais - gênero feminino

Gênero	FAIXA ETÁRIA				Total	%
	8-12	13-18	19-39	40 e mais		
Feminino						
Apinayé	8	16	9	3	35	86
Português	-	1	1	-	2	4
Ambas	-	-	3	1	4	10
Total	8	17	12	4	41	100

TABELA 27: Aldeia Mariazinha - Língua falada nos eventos culturais - gênero masculino

Gênero	FAIXA ETÁRIA				Total	%
	8-12	13-18	19-39	40 e mais		
Masculino						
Apinayé	1	2	8	2	13	65
Português	-	1	-	-	1	5
Ambas	-	3	2	1	6	30
Total	1	6	10	3	19	100

TABELA 28: Aldeia Mariazinha - Língua falada nos eventos culturais – gênero feminino

Gênero	FAIXA ETÁRIA				Total	%
	8-12	13-18	19-39	40 e mais		
Feminino						
Apinayé	6	8	9	2	25	71
Português	-	1	-	-	1	3
Ambas	-	6	2	1	9	26
Total	6	15	11	3	35	100

Quando acontecem as festas culturais os Apinayé da aldeia São José preferem fazer uso de sua Língua Materna. Já na aldeia Mariazinha existe uma tendência de alguns jovens, na faixa etária de 13 a 18 anos que estão fazendo uso de ambas as Línguas, o que, segundo a informante/professora ocorre por que têm jovens não indígenas que costumam frequentar a aldeia nestas datas festivas, sendo que muitos mantêm relações de namoro com jovens indígenas, o que contribui para uma incidência maior no uso também da Língua Portuguesa neste domínio social.

4 Usos e Funções da Linguagem Oral e Escrita nas Comunidades Apinayé de São José e Mariazinha

A partir dos dados apresentados, informamos, a seguir, as funções da linguagem (oral e escrita) encontradas nas comunidades estudadas. Para tanto, fazemos uso das teorias de Brice-Hearth (1984) e Halliday (1969) *apud* Silva (2001), percebendo as seguintes funções:

- ✓ **Função instrumental:** Leitura de caráter informativo visando a satisfazer as necessidades práticas do cotidiano, tais como, preço de mercadorias, cuidados com a saúde, contas de luz, mapas, bulas de remédios;
- ✓ **Sócio-interacional:** Os indígenas Apinayé escrevem para dar notícias pessoais, bilhetes, embora muito raramente, e para reivindicar direitos, como no caso dos impactos socioambientais da UHE de Estreito;
- ✓ **Informacional:** Ler para obter informações: (revistas, cartazes, bulas de remédio);
- ✓ **Ajuda à memória:** Escrever para controlar nomes de pacientes que estão tomando remédio, lista de remédios existentes e em falta na enfermaria do posto de saúde, e de material necessário para primeiros socorros.

Nas duas aldeias, com exceção dos nomes das pessoas que estão tomando remédio e das informações nas paredes das escolas, que estão escritos em Apinayé, essas funções foram

encontradas somente em Língua Portuguesa. Em ambas as línguas, encontramos também as seguintes funções:

- ✓ **Recreativa:** Leitura de revistas e gibis, em língua portuguesa.
- ✓ **Leitura de livros:** De medicina tradicional e cantigas, em línguas Apinayé e Portuguesa, apenas como função escolar.
- ✓ **Confirmacional:** Leitura para obter apoio para as atitudes, valores ou crenças: leitura de Título de Eleitor, Carteira de Identidade, Cadastro de Pessoa Física - CPF, em Língua Portuguesa; leitura da Bíblia, em Língua Apinayé.

De forma geral percebemos que os Apinayé demonstram interesse para leitura, tanto em sua Língua Materna, quanto em Português, sobre os assuntos mais variados, sendo que existe uma carência de material para leitura sobre a história desse povo, onde eles possam identificar traços culturais, étnicos e cosmológicos, em relação aos seus ancestrais. Sendo assim, acreditamos que a concretização dos anseios desse povo deve ser feita pela Escola, mediante uma Educação Escolar Participativa, Bilíngue e Intercultural, na perspectiva de valorizar e (re)vitalizar a cultura e a Língua indígenas, possibilitando a esses povos novos horizontes de interação e comunicação nas Línguas Apinayé e Portuguesa.

5. Considerações Finais

Neste trabalho apresentamos os resultados de uma pesquisa realizada com os Apinayé a partir de um estudo sobre a Educação Escolar, as práticas pedagógicas empregadas pelos Professores de Língua Materna e a Situação Sociolinguística das aldeias São José e Mariazinha. Além disso, descrevemos e analisamos a atitude dos falantes dessas comunidades em relação às duas Línguas em contato, Apinayé e Português. Buscamos também identificar os usos e as funções dessas Línguas nas interações intragrupo e intergrupo, e nos diferentes domínios sociais das aldeias.

Ratificamos que os Apinayé são Bilíngues (Apinayé/Português), e que apesar do uso e função da Língua Portuguesa ter atingido os diferentes domínios sociais de suas aldeias, eles estão conseguindo, por enquanto, preservar traços de sua identidade cultural e linguística. Culturalmente, ao manterem vivos aspectos de sua tradição, enquanto povo minoritário que, por séculos, vem resistindo à investida da sociedade envolvente, que sistemática e drasticamente impõe aos grupos minoritários formas de vida que aniquilam a herança cultural dos seus ancestrais. Linguisticamente, porque uma segunda Língua (Português) invade os domínios sociais das aldeias, impondo sua supremacia, uma vez que a sobrevivência das

sociedades indígenas cada dia mais depende do nível de apropriação da Língua Portuguesa, quer seja por oportunidades de trabalho, por motivo de saúde, pela educação escolar, quer pela condição de pertencimento que favorece sua hegemonia.

No tocante às Línguas faladas nas aldeias São José e Mariazinha, constatamos que a Língua Portuguesa tem atingido domínios sociais onde antes prevalecia exclusiva da Língua Apinayé. Na aldeia São José a situação é um pouco diferente do que ocorre na aldeia Mariazinha. Todavia, tanto numa quanto na outra aldeia, identificamos um “Deslocamento Sociolinguístico”, fenômeno recorrente quando, em situação de Bilinguismo, a Língua dominante vai paulatinamente ocupando os domínios da Língua Indígena (RCNEI, 1998). Tal ocorrência foi constatada quando os Apinayé afirmaram usar também a Língua Portuguesa durante os eventos culturais e no âmbito familiar. Muito embora na aldeia São José a porcentagem de pessoas que fazem uso das Duas Línguas nas cerimônias da Tribo (10%) sejam bem menor do que se constata na Mariazinha (27%), é importante salientar que este é um domínio social onde a penetração de outra Língua que não a Materna, é motivo de apreensão, pois põe em cheque a identidade linguística da comunidade, com uma tendência muito forte de, no futuro, poderem se tornar monolíngues em Português.

Finalizamos provisoriamente afirmando que, neste trabalho apresentamos um quadro revelador das opções linguísticas dos Apinayé, ilustrando que Línguas são usadas, quando, e em que contextos. No entanto, é importante sublinhar que embora nosso estudo aborde as diferentes visões sobre Bilinguismo, não trabalhamos nesta etapa da pesquisa, critérios que poderiam ser usados para medir o grau de proficiência nos vários domínios do conhecimento das Línguas Apinayé e Portuguesa pelos indígenas Apinayé.

Assim, acreditamos que, de mão dos resultados da presente pesquisa e de uma futura pesquisa, os professores Apinayé e seus colaboradores possam desenvolver estratégias para o fortalecimento da sua Língua Materna. Almejamos, ademais, que nosso trabalho possa contribuir com os estudos sobre Sociolinguística e Educação Indígena que se desenvolvem no País e, também, colaborar para a promoção de uma ação educativa que contemple interesses, anseios e necessidades dos povos indígenas do Estado Tocantins, sobretudo no que tange ao ensino de suas respectivas Línguas Maternas, nas escolas de suas aldeias.

6. Referências

ALBUQUERQUE, Francisco Edviges. **Contato dos Apinayé de Riachinho e Bonito Com o Português: Aspectos Da Situação Sociolinguística.** Dissertação de Mestrado. UFG - Universidade Federal de Goiás. Goiânia: 1999.

_____. O sentido e a função da leitura e da escrita para as crianças Apinaye de Mariazinha. In: Albuquerque, Francisco Edviges. (Org). **A Educação Escolar Indígena Apinayé na Perspectiva Bilíngue e Intercultural.** Goiânia: Ed. da PUC. 2011, p. 41 - 63.

ALMEIDA, Severina Alves de. **A Educação Escolar Apinayé na Perspectiva Bilíngue e Intercultural: Um Estudo Sociolinguístico das Aldeias São José e Mariazinha.** Dissertação de Mestrado. UFT - Universidade Federal do Tocantins. Araguaína: 2011.

BAKTHIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem.** São Paulo: HUCITEC, 1988.

BANKS, James. **Entrevista.** Professor de Educação e Diretor do Centro de Educação Multicultural da Universidade de Washington, Seattl. 1993. Disponível on-line: <http://www.entreculturas.pt>. Acesso dia 27-Jul-2010.

BAUER, Robert S. **Entrevista.** Department of Linguistics University of Hong Kong, Email: rsbao@yahoo.com. Disponível on-line: www.hku.hk/linguist. Acesso 11-mar-2011.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Indígena.** Brasília: MEC/SEF, 1988.

DA MATTA, Roberto. **Um mundo dividido: a estrutura social dos índios Apinayé.** Petrópolis: Ed. Vozes, 1976.

FISHMAN, J. **Bilingualism With and Without Diglossia; Diglossia With and Without Bilingualism.** Journal of Social Issues, v.23, n. 2, p. 29-37, 1967.

FUNASA - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE. **Boletim Técnico de 26 de junho de 2010.** Araguaína-TO. Disponível on line: www.funasa.gov.br Acesso 14-set-2011.

GROSJEAN, F. Individual Bilingualism. In The Encyclopedia of Language and Linguistics. Oxford: Pergamon Press, 1994. And in Spolsky, B. (Ed.). **Concise Encyclopedia of Educational Linguistics.** Oxford: Elsevier, 1999. Disponível on line: <http://www.bilingualfamiliesconnect.com/Individua>. Acesso dia 24-fev-2011.

GRUPIONI, L. D. B. Os povos Indígenas e a Escola Diferenciada: Comentários sobre alguns instrumentais jurídicos internacionais. In: GRUPIONI, L.D.B.; VIDAL, Lux; FISCHMANN, Roseli. (Org). **Povos Indígenas e Tolerância construindo práticas de respeito e solidariedade.** São Paulo: EDUSP, 2001.

_____. **Experiências e Desafios na Formação de Professores Indígenas no Brasil.** Revista Enfoque “Qual é a questão?” Em Aberto. Brasília, v. 20, n. 76, p. 13-18, fev. 2002.

_____. Contextualizando o campo da formação de professores indígenas no Brasil. In: **Formação de professores indígenas: repensando trajetórias / Organização Luís Donisete Benzi Grupioni.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006a. 230 p.

HAMERS, Josiane F.; BLANC, Michel H. A. **Bilinguality and Bilingualism**. Second edition. Cambridge University Press, 2000.

HENRIQUES, Ricardo et. ALLI. **Educação Escolar Indígena: diversidade sociocultural indígena ressignificando a escola**. Brasília: MEC, 2007.

LADEIRA, Maria Elisa; AZANHA, Gilberto **Apinayé**. 2003. Disponível on line: <http://pib.socioambiental.org>. Acesso dia 27-nov-2010.

LOPEZ, L. E. SICHRA, I. Educação em Áreas Indígenas da América Latina: balanços e perspectivas. **Educação na Diversidade: experiências e desafios na educação intercultural bilíngue**. Hernaiz, I. (Org). 2. ed. -Brasília: MEC. 356 p. 2007.

MAHER, Terezinha Machado. Formação de Professores Indígenas: uma discussão introdutória. In: **Formação de professores indígenas: repensando trajetórias / Organização Luís Donisete Benzi Grupioni**. Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006. 230 p

NIMUENDAJU, Curt. **Os Apinayé**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém:1983.

OUELLET, Fernando. **O Que quero dizer quando penso em Educação Intercultural**. Faculdade de Teologia e Filosofia da Universidade de Sherbrooke, Canadá: 1991. <http://www.entreculturas.pt>. Acesso dia 27-Jul-2010.

_____, **O Que quero dizer quando penso em Educação Intercultural**. Faculdade de Teologia e Filosofia da Universidade de Sherbrooke, Canad: 2001; <http://www.entreculturas.pt>. Acesso dia 27-Jul-2010.

PAULA, Eunice Dias. **Interculturalidade no cotidiano de uma escola indígena**. Cadernos Cedes, ano XIX, nº 49, Dezembro/99. Disponível on-line: www.scielo.br/pdf/cedes. Acesso dia 01-out-2010.

RODRIGUES, Aryon D. **Línguas Brasileiras. Para o conhecimento das línguas indígenas**, São Paulo: Loyola, 1986.

SILVA, Maria do Socorro Pimentel da. **A Situação Sociolinguística dos Karajá de Santa Isabel do Morro e Fontoura**. Ministério da Justiça Fundação Nacional do Índio. BRASÍLIA: 2001. Disponível on line: www.funai.gov.br. Acesso 11-dez-2010.

SAUNDERS, George. **Bilingual children: From birth to teens**. England: Multilingual Matters, 1988.